

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA NA GESTÃO ESCOLAR E SEUS IMPACTOS PARA O DESEMPENHO ESCOLAR.

Rayany das Graças Silva Correia¹
Auriston Magalhães Vitor²

auristonmagalhaes@hotmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências humanas

RESUMO

Nos dias atuais, o processo de aprendizagem esboça uma preocupação nas fases de ensinar e aprender, não somente com o desenvolvimento de intervenções voltadas para os alunos, como também em toda a comunidade escolar de docentes, alunos e pais ou responsáveis. O psicólogo escolar ao adentrar neste contexto se depara com grandes desafios para realizar uma atuação formidável como as condições de trabalho que lhes são oferecidas. Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é apresentar e discorrer sobre as principais funções desempenhadas por um profissional de psicologia inserido no ambiente escolar, através de uma pesquisa qualitativa realizada em uma escola situada no interior da Zona da Mata Mineira.

PALAVRAS-CHAVE: psicologia escolar; gestão escolar; ensino/aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Segundo Book(2004), inicialmente a psicologia educacional se apresentava como uma ciência a-histórica, capaz de estudar o indivíduo como tal, isolado de seu contexto individual e responsável por aproveitar as oportunidades que seriam dadas igualmente para todos dentro do mesmo ambiente escolar.

Vygotsky (1925/2007), considera a escola como fomentadora do desenvolvimento do sujeito. Segundo ele, o processo de aprendizagem e desenvolvimento, embora sejam processos dialéticos em que ambos proporcionam a produção de novas possibilidades de ação e pensamento, a aprendizagem está à frente, por ser um meio facilitador de acesso à cultura colocando em prática o

¹ Acadêmica do 6º período do curso de Psicologia da Univértix-Centro Universitário

² Bacharel em Psicologia – Univale. Mestre em Ciências da Religião – PUC. Professor da Univértix Centro Universitário - Matipó

desenvolvimento. Desse modo, ocasiona um ciclo onde o desenvolvimento gerará novas aprendizagens e estes novos desenvolvimentos.³

Nos dias atuais, o processo de aprendizagem esboça uma preocupação nas fases de ensinar e aprender, não somente com o desenvolvimento de intervenções voltadas para os alunos, como também em toda a comunidade escolar de docentes, alunos e pais ou responsáveis (COUTINHO, 2015).

Todavia a escola não tem investido na implementação de práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, como a atenção especial voltada ao aluno, ao uso da linguagem como modo de expressão de sintomas. A escola adota um sistema de ensino que se centra na memorização e reprodução, mantendo a concepção de que, uma vez alfabetizada, o sujeito prosseguirá aprendendo os conteúdos escolares independentemente de sua complexidade (SOUZA, 2016). Muitas vezes, não há políticas efetivas para o atendimento de alunos com transtornos globais de desenvolvimento no ambiente escolar.

Deste modo, o psicólogo escolar ao adentrar neste contexto se depara com grandes desafios para realizar uma atuação formidável como as condições de trabalho que lhes são oferecidas, as exigências feitas pelas instituições que muitas vezes veem o psicólogo como ferramenta de ameaça ao sujeito com mal comportamento, a visão da sociedade que norteia a demanda e as possibilidade de intervenções resultando em ações promotoras de saúde, satisfação e bem-estar, relacionadas ao processo de formação humana e cognitiva (COUTINHO, 2015).

De acordo com artigo 1º da Lei de nº 9.394/1996, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Nesta perspectiva, é notável a importância que o psicólogo exerce no escolar, visto que ele desempenha

³ Acadêmica do 6º período do curso de Psicologia da Univértix – Centro Universitário

² Bacharel em Psicologia – Univale. Mestre em Ciências da Religião – PUC. Professor da Univértix Centro Universitário - Matipó

não somente o papel de amparar a criança frente às suas dificuldades de aprendizado, mas mobilizar todo o seu círculo social, desde a comunidade escolar até os amigos e a família, de modo que todos os envolvidos possam entender e respeitar as dificuldades do sujeito em questão.

Diante da temática apresentada acima, este trabalho tem como objetivo apresentar e discorrer sobre as principais funções desempenhadas por um profissional de psicologia inserido no ambiente escolar, destacando as suas contribuições para a gestão escolar e o desempenho educacional.

Trabalhos como este são importantes para compreensão da atuação do profissional de psicologia especificamente no que se refere à psicologia escolar, assim como poder apresentar as diversas possibilidades de trabalhos como garantia de direitos na aprendizagem educacional e efetivação das políticas públicas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A democracia busca consolidar uma esfera pública de decisões no âmbito educacional, fortalecendo o controle social sobre o Estado, a fim de garantir que a escola pública atenda aos anseios e necessidades da população a que se refere. Entretanto, embora apoiados pela legislação, sabemos que a democracia na escola só será efetiva se tiver a participação da comunidade, no sentido de fazer parte, de participar discutindo, refletindo, e interferindo nesse espaço. Deste modo, a escola se faz democrática quando garante a participação de todos os sujeitos, por meio de sua gestão e pela forma como planeja e executa o seu Projeto Político-Pedagógico – PPP (Paroneto et. All, 2010)

Antunes (2002), nos fala que a democracia escolar só será efetiva dentro de um processo de gestão democrática como uma das formas de superação do caráter hierárquico e autoritário que a escola vem assumindo ao longo dos anos, visando garantir a participação e a autonomia das escolas. Ademais a gestão da escola não se resume apenas a melhoria do gerenciamento da gestão, como também a qualidade do ensino.

Em termos técnicos, o termo gestão, advém do verbo latino, *gero, gessi, gestum, gerere* cujo significado é levar sobre si, carregar chamar a si, executar, exercer e gerar (Ferreira, 1999). Assim, gestão, é a geração de um novo modo de administrar uma realidade, sendo por si própria, democrática vez que traduz a ideia de comunicação, com o envolvimento coletivo, por meio da discussão e do diálogo. Salienta-se que legalmente a gestão democrática está amparada pela Constituição Federal (CF 5/10/1988), e também pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB de 20/12/1996), além do Plano Nacional de Educação (PNE- Lei n. 10.127, 9/1/2001).

O artigo 3º., item VIII, reafirma a ideia, dizendo que: “O ensino será ministrado com base na gestão democrática de ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. Nos arts. 12 a 15 da mesma lei, vemos a importância da elaboração de um projeto político-pedagógico da escola, enfatizando a importância da articulação com “as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (LDB, art. 12, item VI).

Segundo Padilha (2005, p.75):

[...] o diretor da escola ou dirigente da unidade escolar e seu vice, responsáveis pela coordenação de todas as atividades escolares, devem ser capazes de “seduzir” os demais segmentos para a melhoria da qualidade do trabalho desenvolvido na escola. Isso significa, por exemplo, criar mecanismos e condições favoráveis para envolvê-los na elaboração do projeto político pedagógico da unidade, contando para esse fim com as diversas atividades de planejamento.

Nessa perspectiva, o responsável pela direção escolar deve saber ouvir, relacionar ideias, questionar grupos, problematizar situações, traduzir posições e sintetizar uma política de ação com o objetivo de coordenar e interferir no processo educativo. Ressalta-se que o diretor não deve ser autoritário, pois cabe ao gestor o papel de ser democrático e, portanto ter condições favoráveis a este processo na vivência escolar (Paroneto, *et al.*, 2010).

Partindo do pressuposto que o planejamento ajuda na concretização daquilo que o sujeito almeja, o PPP propõe atividades pedagógicas de acordo com seus

objetivos educacionais, a melhoria e o aperfeiçoamento do trabalho da equipe escolar. Para sua construção, é preciso considerar a instituição, aquilo que já existe e também o arcabouço da cultura escolar, uma vez que cria objetivos e instrumentos novos para uma nova escola. Todavia, a implementação do PPP, em grande parte das escolas não foram concretizados devido a vários desafios como a rotatividade de dos professores na escola, a dificuldade de liderança para mediar diálogo, a falta de organização do tempo escolar visando favorecer o estudo, a falta de qualificação dos profissionais, a falta de compromisso ético com a escola pública de qualidade, bem como a falta de entusiasmo, esperança e utopia no exercício da docência. Desta forma, cabe a gestão escolar dar maior consistência e qualidade ao PPP, se for de fato, uma gestão democrática e autônoma (Paroneto, *et al*, 2006).

Para Casali (2004), o PPP é a oportunidade de a escola definir coletivamente os seus compromissos junto aos alunos e suas famílias. É o momento de produzir um processo de mudanças, direcionando propostas de ação para melhor organizar, sistematizar e dar significado às atividades desenvolvidas pela escola como um todo. A presença da família é de suma importância para que possam dizer e opinar sobre a educação que querem para seus filhos.

Todavia, na prática, a gestão escolar persiste com o autoritarismo, a imposição, as decisões decretadas como vivências no cotidiano de nossas escolas. Na década de 30, o educador Anísio Teixeira defendia na época, uma escola brasileira laica, gratuita e de ensino público de qualidade, para todos. Entretanto, o também educador Paulo Freire (2003), acredita que embora muitos educadores transparecem discursos progressistas realizam modelos educativos rígidos, autoritários, em que não há lugar para críticas, sugestões, estão submissos aos pacotes propostos, fazendo com que os educandos cujo direito se resumem em estudar sem indagar, submissos aos professores. Em outras palavras Freire nos fala no seu livro *Pedagogia da Autonomia*, que a escola funciona como um aparelho ideológico do Estado, visando a formação para o conformismo e não o trabalho em prol da consciência política e formação do sujeito crítico e autônomo.

Diante de tais aspectos, a Lei n. 13.935/2019 cria a prestação de serviços de psicologias nas redes públicas de educação básica. A política pública de educação terá a possibilidade da inserção de Psicólogas/os nas redes de ensino de educação básica, com o objetivo de contribuir para o atendimento integral e de qualidade no processo ensino/aprendizagem.

O profissional de Psicologia no contexto escolar, poderá promover a (re)formulação, revisão e implementação de atuações mais eficientes para os processos de ensino/aprendizagem. Poderá executar ações de atenção primárias na promoção de saúde mental/emocional; orientação e suporte nos casos de dificuldades de ensino/aprendizagem; aglutinar atividades de sucesso advindas das famílias; atuar junto aos processos de inclusão; favorecer espaços para acolhida das emoções; atuar no enfrentamento da violência escolar; orientar projetos de reflexão sobre carreira profissional; estimular novas perspectivas que promovam a quebra do ciclo de adoecimento mental, entre outras ações de promoção em saúde. De modo geral, ele irá trabalhar no coletivo da gestão escolar e seus docentes, e a criação de vínculos na interação entre família, comunidade e escola (LEI 13.935/2019).

1. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, realizada em uma escola da rede municipal de uma pequena cidade no interior da Zona da Mata Mineira. Os dados coletados para a constituição deste trabalho foram obtidos a partir de observações de campo. Foram no total, 30 horas de observação em estágio, divididas em 8 visitas semanais com duração de 4 horas cada. Para registro de atividades foi utilizado um roteiro semanal, onde foram relatados os dados mais relevantes.

A instituição localiza-se em um bairro afastado do centro da cidade, sendo a única referência em educação fundamental para uma parcela da população desta comunidade. A escola conta com 7 salas de aula, 1 biblioteca, 1 diretoria com banheiro, 1 sala de informática adaptada como secretaria, 1 sala de professores, 2

banheiros para alunos (masculino e feminino), e 1 depósito de merenda, além de uma horta que fornece verduras para a merenda escolar. Ademais, a instituição atende 176 alunos, sendo 38 da zona rural e o restante moradores do bairro onde a mesma está situada.

Ainda dentro do prédio da escola, encontra-se o centro comunitário Geraldo Starling, onde há uma cozinha, utilizada como cantina, 2 banheiros (masculino e feminino), 1 banheiro de funcionários e um pátio coberto que é utilizado para ministrar as aulas de Educação Física e como espaço de recreação e refeitório.

Para compor a fundamentação teórica do presente trabalho, foram consultados artigos obtidos nas plataformas de busca Scielo, Pepsic e Google Acadêmico, além de consultas no manual da LDB de 2017 (Lei das Diretrizes da Educação Nacional).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através das observações realizadas em campo durante o estágio, foi possível compreender a dinâmica de funcionamento da instituição, assim como as ações desenvolvidas pela referida e os profissionais envolvidos nestas atividades

As informações obtidas nestas observações foram importantes para minha formação enquanto graduanda de Psicologia, visto que tratou-se de uma observação participativa, onde pude interagir efetivamente com os membros da comunidade escolar e atuar, mesmo que moderadamente, em seu dia a dia durante as visitas.

Segundo Martins (1996), a observação participante é indispensável no contexto escolar, já que possibilita ao profissional inserido neste contexto uma maior proximidade com os indivíduos que fazem parte deste ambiente, e conseqüentemente, proporciona uma forma mais eficaz de intervenção na resolução de questões que poderão, mais tarde, vir a ser responsáveis por falhas no processo de aprendizagem para alunos e para a realização satisfatória do trabalho dos professores.

Para a obtenção dos resultados, foram feitas observações em salas de aula, e em acompanhamentos de atendimentos com a psicopedagoga e a pedagoga através das observações nas atividades exercidas pela gestão escolar e seus colaboradores.

Em todas as visitas, notamos grandes falhas na gestão escolar que conseqüentemente geram danos ao processo educacional como relata a supervisora, cerca de 20 alunos apresentam casos gritantes de dificuldades de aprendizagem mesmo fazendo atividades pedagógica desde o início do ano letivo. Todavia, faltam recursos para aulas recreativas e atendimentos especializados como salas especializadas, jogos, impressões de atividades em folhas, etc.

O Art. 13. Da LDB nos traz que os docentes devem elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; zelar pela aprendizagem dos alunos e estabelecer estratégias de recuperação para os alunos menores.

Deste modo, como proposta de intervenção para as dificuldades de ensino/aprendizagem, iniciaram recentemente o reforço escolar com 04 alunos durante dois dias na semana no contraturno de sua aula. No entanto, o reforço é ofertado pelas monitoras que relatam não possuírem nenhuma qualificação profissional para tal, nem curso específico para monitora, elas recebem uma orientação do professor sobre a dificuldade que o aluno possui, e imprime atividades sobre aquele conteúdo para ensinar a ele além de auxiliar nos deveres de casa.

Outrossim, a bibliotecária, que é formada em magistério, auxiliar alguns destes alunos todos os dias para tomar a leitura e a tabuada. Essa intervenção foi a única alternativa que encontraram para sanar as dificuldades de aprendizagem devido a alta demanda e a falta de profissionais qualificados.

Conforme a dificuldade de aprendizagem relatada, dois alunos da escola foram encaminhados para a psicóloga que faz atendimentos na Secretaria de Educação do município, e dois estão esperando a autorização dos pais para serem encaminhados. Há outros quinze alunos que a supervisora gostaria de encaminhar,

não por terem dificuldades na aprendizagem, mas pela estrutura familiar que vem refletindo em sintomas neles. Todavia, não é feito o encaminhamento porque não há vagas para o atendimento devido a alta demanda.

Para Reger (1989), o psicólogo escolar seria um elo entre o mundo acadêmico e o sistema escolar, poderia atender a pesquisas nas escolas, servindo como elemento de ligação para os alunos, família e a comunidade escolar, bem como elaborar estratégias de intervenções para a melhoria da gestão escolar e auxiliar a capacitação profissional dos envolvidos.

Dentre as normas da instituição, de acordo com o seu Regimento Escolar elaborado em agosto de 2019 e em vigor desde janeiro de 2020, no Art. 8 da seção I, nos fala que “a administração da escola será constituída por: diretor e vice-diretor”. Tendo o diretor a função específica de ser o articulador político, pedagógico e administrativo, e ao vice-diretor, substituir o diretor em suas ausências e impedimentos, favorecer a gestão participativa da escola, dentre outras. Acontece que nesta escola, não há uma vice-diretora desde 2019, a gestão relata não ser necessário por ser uma escola pequena.

Deste modo, todo o trabalho de vice-diretora é realizado pela supervisora, outrossim, os trabalhos da diretora que necessitam de computadores também são realizados pela supervisora, tendo em vista que a diretora não tem noção de informática, ocasionando assim, um desgaste e cansaço mental à supervisora que além de fazer o seu trabalho, realiza alguns da diretora.

Entretanto o Art. 36 da mesma seção citada acima, nos fala que o ensino deve ser baseado nos princípios da igualdade, condições para acesso e permanência na escola. Já no Art. 40 da seção IV, item V, parágrafo III, menciona sobre o dever de ter acessibilidade arquitetônica, nos mobiliários, equipamentos e nos transportes. No entanto, nesta escola não há acessibilidades para alunos com deficiência, o banheiro que deveria ser deles, foi realocado para os funcionários, não há rampas, e sim muitos degraus.

Outro fato relevante, é a escola não possuir o PPP- Plano Político Pedagógico, a diretora acredita ter emprestado ele para um estagiário que formou há 03 anos atrás e que o mesmo não devolveu a escola, ou seja, estão há anos sem o PPP e só deram falta dele durante a coleta de dados para o presente trabalho. Assim, a supervisora relata que os professores seguem um planejamento anual para as aulas com o auxiliar pedagógico baseado nas habilidades exigidas pela BNCC.

Ressalta-se que devido a pandemia não houve atualização do Regimento Escolar, fizeram uma adequação a ele e desde então não houve um novo regimento, bem como não houve uma nova atualização do PPP.

Ademais, durante as observações foi possível notar uma sobrecarga emocional muito grande tanto nos alunos quanto nos professores que acabam descontando seus problemas nos alunos. A exaustão emocional é caracterizada por falta de energia e entusiasmo, por sensação de esgotamento de recursos ao qual pode somar-se o sentimento de frustração e tensão nos trabalhadores. Assim, considera-se síndrome de burnout um evento psicossocial ligado diretamente à situação laboral, em que o sujeito busca a realização pessoal através do seu trabalho. No entanto, a atividade produtiva não se desenvolve de forma individual, mas sim num contexto social, em que deve haver o equilíbrio da saúde mental individual e coletiva (Novaes, 2002).

Neste contexto, um psicólogo na escola é de suma importância para uma atuação preventiva ligada aos processos de identificação, de avaliação e de reeducação desta sobrecarga, para tornar mais eficiente o processo de ensino-aprendizagem para todos os envolvidos (Oliveira, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que a instituição está diante de um impasse de um grande desafio: construir uma escola de qualidade, que possa de fato, cumprir sua função de abrir caminhos para uma sociedade mais justa, harmoniosa e inclusiva. É preciso que a

escola se torne um ambiente acolhedor e democrático, que possa ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever (Freire, 1993).

É de suma importância que se tenha uma boa gestão escolar para que proporcione uma educação pública de qualidade de ensino adequada. A gestão escolar precisa oferecer o melhor ensino possível, pois o domínio do conhecimento conduz à autonomia e representa um instrumento de libertação dos oprimidos.

Provocar interesse, curiosidade, entusiasmo, estímulo, problematização do conteúdo, são estratégias que contribuem para uma gestão escolar de qualidade e que deveriam ser mais empregadas na prática docente. A motivação deve partir dessa prática docente, do interesse do aluno/professor e da necessidade de conhecer, tendo o conteúdo obrigatoriamente significação e que a interação entre professor e aluno não sofra nenhum bloqueio ou outro tipo de interferência que funcione como inibidor da aprendizagem (OLIVEIRA, 2014).

A partir desta experiência de estágio, foi possível compreender sobre a importância da gestão escolar e do trabalho do profissional de psicologia neste ambiente, além de visualizar a forma do desempenho da gestão afeta a comunidade escolar como um todo.

De modo geral, a realização desta experiência de estágio e deste trabalho foi de extrema importância para a ampliação acerca da compreensão das diversas áreas em que a Psicologia se insere, bem como as mais variadas formas de ação, conjunta ou individual, que o profissional de psicologia pode desenvolver.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, A. **Aceita um conselho?**- como organizar o colegiado escolar. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2002. (Guia da Escola Cidadã, v.8.)

BOCK, A. M. B. A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para la psicologia atual. **Psicologia para a América Latina**. v.1, n.1. 2004.

CASALI, A. **Para a construção de um projeto pedagógico escolar nas escolas integradas, no âmbito do Convênio UP- MINED.** São Paulo: PUC-SP, 2004(mímeo).

COUTINHO, André Felipe Jales; OLIVEIRA, Kamilla Sthefany Andrade de; BARRETO, Maria da Apresentação. A psicologia na escola: (re)pensando as práticas pedagógicas. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 40, p. 103-114, jun. 2015 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752015000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 abr. 2022.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999. Versão 3.0. 1 CD-ROM.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 13.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar.** 16. Ed. São Paulo: Olho d' Água, 1993.

FREIRE, P. **Política e educação: ensaios.** 7. Ed. São Paulo: Cortez. 2003.

LDB : Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.58 p. Conteúdo: Leis de diretrizes e bases da educação nacional – Lei no 9.394/1996 – Lei no 4.024/1961. ISBN: 978-85-7018-787-11. Educação, legislação, Brasil. 2. Educação e Estado, Brasil. 3. Política educacional, Brasil. CDD 379.81.

NOVAES, M.F. et al. Estratégias e Intervenções no enfrentamento da Síndrome de Burnout. **Reflexão e Crítica** [online]., v. 15, n. 1, 2002. [Acessado 1 Maio 2022], pp. 189-200. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722002000100020>>. E pub 19 Nov 2002. ISSN 1678-7153. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722002000100020>.

OLIVEIRA, Fernanda Germani de. **Psicologia da educação e da aprendizagem.** Indaial : Uniasselvi, 2014.

PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola.** 5. Ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2005. (Guia Escola Cidadão, v.7.).

PARONETO, G.M. *et al.*. **O projeto político pedagógico**/Processos históricos da educação brasileira. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. Política e educação: ensaios.7.ed.São Paulo: Cortez, 2005.

PARONETO, G.M. **Projeto político pedagógico frente a gestão escolar**. In: RODRIGUES, A.: SANTOD, F,R. (Org.). Pedagogia.v.IV, Etapa I, Tomo I. Uberaba: Uniube, 2006.

REGER, R. Psicólogo escolar: educador ou clínico? In: PATTO, M. H. S. **Introdução à psicologia escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

SOUZA, V. L. T. Contribuições da Psicologia à compreensão do desenvolvimento e da aprendizagem. In V. L. T. Souza, A. P. Petroni, & P. C. Andrada (Orgs.), **A Psicologia da arte e a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem: intervenções em contextos educativos** (pp. 11-28). Edições Loyola. 2016.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente** (J. C. Neto, L. S. M. Barreto, & S. C. Afeche, Trad.; 7a ed.). Martins Fontes. 2007. (Originalmente publicado em 1925).